

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.893 - SP (2019/0174863-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : SIDNEY CARLOS LILLA
ADVOGADO : DOUGLAS DOMINGUES FIOROTTO - SP184639
AGRAVADO : GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADOS : JOSÉ PERDIZ DE JESUS E OUTRO(S) - DF010011
LUÍS FERNANDO PEREIRA ELLIO - SP130483
MARCELO FERNANDES HABIS - SP183153

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. DUBLAGEM. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. REEXAME DE PROVA. VEDAÇÃO. REPRODUÇÃO DA OBRA. ANUÊNCIA PRESUMIDA. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por SIDNEY CARLOS LILLA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. Execução do trabalho de dublagem em filme. PRESCRIÇÃO. Inocorrência. Triênio não ultrapassado. ILICITUDE. Ausência de conduta ilícita por parte da rede de televisão. Anuência presumida. Haja vista a natureza da reprodução, em que foram utilizados idênticos meios de comunicação, dispensa consentimento autônomo do dublador a cada reprodução ou a cada veiculação do filme dublado em emissora de televisão. SENTENÇA MANTIDA. SUCUMBÊNCIA. Majoração. Honorários recursais. RECURSO IMPROVIDO.(e-STJ fl. 254)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação aos artigos 355, I, do Código de Processo Civil; 2, 28, 29, 89, 90, 91, 102 e 105 da Lei de Direitos Autorais, 20 do Código Civil, e 13, parágrafo único, da Lei 6.533 de 1978. Sustenta, em síntese, cerceamento de defesa, pois não lhe foi oportunizado a

Superior Tribunal de Justiça

produção de provas sobre a ausência de inserção dos créditos da dublagem da obra. Assevera que não há qualquer forma de autorização escrita ou cessão dos seus direitos autorais de dublagem.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas, às fls. 285/304 e-STJ, sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 305/307 e-STJ, o que ensejou a interposição do presente agravo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

A pretensão recursal não merece prosperar.

No que concerne ao alegado cerceamento de defesa, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção da prova solicitada pela parte quando devidamente demonstrado, pelas instâncias de origem, que o feito se encontrava suficientemente instruído, afirmando-se a presença de dados bastantes à formação do convencimento.

O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio do livre convencimento motivado, que possibilita ao juiz a apreciação livre das provas colacionadas aos autos. Ou seja, o julgador não está adstrito à prova que a parte entende lhe seja mais favorável, mas pode formar a sua convicção a partir de outros elementos ou fatos constantes dos autos.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO.

1. [...]

2. O nosso sistema processual civil é orientado pelo princípio

do livre convencimento motivado, cabendo ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 281.230/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 17/08/2015, grifei).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO EM ASSEMBLEIA CONDOMINIAL. REGULARIDADE NOS TERMOS DO ART. 654, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL/2002. SÚMULA 7/STJ. APROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE OBRAS ÚTEIS. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS OBRAS APONTADAS NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AS OBRAS DISCUTIDAS E APROVADAS EM ASSEMBLEIA. PROVA ORAL INDEFERIDA. DESNECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DE PROVAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a preferência do magistrado por esta ou por aquela prova está inserida no âmbito do seu livre convencimento motivado. Isso, porque vigora no direito processual pátrio o sistema de persuasão racional adotado no Código de Processo Civil, cabendo ao magistrado autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios não estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que é ao juiz que cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção.

2. As provas documentais acostadas aos autos são suficientes para proporcionar ao julgador os elementos necessários à análise da compatibilidade entre as obras apontadas no edital de convocação e as obras discutidas e aprovadas em assembleia, bem como quanto à verificação da natureza das obras aprovadas.

(...)

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.646/SP, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 14/05/2015, grifei).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

AFASTADA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE DE QUESTÕES FÁTICAS. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL.

REITERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS JÁ ANALISADOS. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA.

(...)

3. No caso, concluiu o Tribunal de origem que o farto arcabouço probatório é suficiente para a análise dos fatos apresentados para julgamento, mostrando-se desnecessária a produção de outras provas, máxime a oitiva de outras testemunhas, afigurando-se contraproducente e até mesmo violação à garantia da razoável duração do processo, a cassação da sentença, para produção de provas que não acarretarão a alteração do que já restou provado.

4. Nesse contexto, não se confirma o alegado cerceamento de defesa, sendo certo que a revisão dos fundamentos que levaram a tal entendimento demandariam nova apreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(EDcl no REsp 1.537.718/MG, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 16/06/2015, grifei).

Ademais, o princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz (art. 371 do CPC) consigna caber ao magistrado apreciar livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, conferindo, fundamentadamente, a cada um desses elementos a sua devida valoração.

Deste modo, para aferir as alegações do recorrente e afastar as premissas firmadas pelo Tribunal de origem, baseadas nos princípios da livre apreciação das provas e do livre convencimento motivado, seria necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado na via especial, nos termos da Súmula nº. 7 desta Corte Superior.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. RECURSO QUE NÃO APRESENTA ARGUMENTOS CAPAZES DE AFASTAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA LIVRE VALORAÇÃO DA PROVA E DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO.

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO DESPROVIDO.

1. [...]

2. *Para afastar as conclusões do Tribunal de origem, baseadas nos princípios da livre apreciação das provas e do livre convencimento motivado, seria necessário o reexame de provas, o que é defeso na instância especial, conforme dispõe o enunciado n. 7 da Súmula desta Corte* 3. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 678.652/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015, grifei).

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

(...)

2.- *No que diz respeito aos artigos 333, I, e 359, I, do Código de Processo Civil, os argumentos utilizados para fundamentar a pretensa violação legal somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame das provas, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa da estampada no Acórdão recorrido, reavaliar o conjunto probatório. Dessa forma, a convicção a que chegou o Acórdão decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 do STJ.*

3.- [...]

4.- *Agravo Regimental improvido.*

(AgRg no AgRg no AREsp 518.041/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 04/09/2014, grifei).

No que concerne à alegação de ausência de contratação escrita e nenhuma forma de autorização do Recorrente da transmissão total e definitiva dos direitos autorais, o Tribunal de origem assim decidiu:

Extrai-se que o apelante ingressou com ação de indenização por danos morais e materiais em face da apelada Globo Comunicação e Participações S.A., aduzindo que realizou a dublagem, em português, do personagem JOSHUA HARLOW, no filme "Vingança entre assassinos". O referido filme fora

Superior Tribunal de Justiça

transmitido pela apelada em 21.11.2012, na sua grade de programação e sua voz reproduzida, sem autorização ou recebimento de contraprestação.

Na origem, os pedidos foram julgados improcedentes. Contra este r. decisum se volta o apelante.

Antes de apreciar o mérito propriamente dito, cumpre consignar que apesar de incidir o prazo prescricional trienal à espécie, o filme fora exibido em 21.11.2012. A demanda deveria ter sido ajuizada até 20.11.2015 (sexta-feira).

Todavia, trata-se de feriado local, e o prazo prescricional fora prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, ou seja, dia 23.11.2015, data do ajuizamento desta demanda.

Portanto, resta afastada a prejudicial de prescrição.

No mérito, o apelante se qualifica como dublador profissional, com atuação em centenas de filmes. Após a realização da dublagem do personagem JOSHUA HARLOW, nunca ninguém o procurou para licenciar seus direitos autorais.

A alegação, todavia, é no mínimo, pouco convincente. O apelante trabalhou naquele projeto e, pertencendo à equipe de dubladores, não parece crível que desconhecesse que a sua voz seria empregada comercialmente na obra.

Ademais, apesar de juridicamente possível, não faria sentido que a cada reexibição dos filmes se buscasse nova autorização de cessão de uso da voz do dublador.

Ainda, como bem constou do voto de relatoria do I. Des. Francisco Loureiro: "a reprodução, pela própria natureza da relação desenvolvida entre as partes, mediante utilização de idênticos meios de comunicação, dispensa consentimento autônomo do autor a cada reprodução ou a cada veiculação do filme dublado em emissora de televisão".

Imperioso destacar que o apelante ajuizou inúmeras ações idênticas à presente, por dublagens em outros filmes. No levantamento realizado, o insucesso nas empreitadas é evidente.

Nesse sentido:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.

Pretensão de ressarcimento decorrente de utilização e comercialização de dublagem sem autorização do autor. Julgamento antecipado da lide que não implica em cerceamento de defesa. Autor que não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de provar fato constitutivo de seu direito. Produção de prova que não pode ser remetida para a fase de liquidação de sentença. Sentença de improcedência mantida. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação nº 1075516-78.2015.8.26.0100, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Des.

Moreira Viegas, 5ª Câmara de Direito Privado, j. 28.09.2016). Sentença mantida - Recurso desprovido. (Apelação nº 1026060-28.2016.8.26.0100, Rel. Des. Mônico da Silva, 5ª Câmara de Direito Privado, j. 16.05.2018).

AÇÃO CONDENATÓRIA. Pretensão à indenização por danos materiais e morais decorrentes de suposta violação aos direitos autorais decorrente da dublagem e adaptação de obra cinematográfica. Sentença de improcedência. Apela o autor alegando que não foi procurado pela ré para licenciar os direitos de transmissão de suas dublagens; afronta a lei de direitos autorais, a lei que regulamenta profissão dos artistas intérpretes e o art. 20 do CC; narra ter sido comprovada a autoria das dublagens. Em sendo outro o entendimento, deveria ter sido oportunizada a produção de prova pericial, sob pena de se caracterizar cerceamento de defesa; há necessidade de prévia e expressa autorização para uso das interpretações e voz do autor, não há que se falar em presunção de autorização de uso ou de cessão de direitos;

antes de exibir a obra cinematográfica a emissora deveria ter adquirido do autor o direito a transmissão de suas interpretações e voz.

Descabimento. Cerceamento de defesa. Insubsistência. Descabida a prova pericial. Apelante deixou de apresentar cópia da obra dublada, que deveria ter sido gravada diretamente da grade de programação do canal CINEMAX na data de exibição objeto da lide. Não comprovada a autoria da dublagem cuja exibição não autorizada se imputa à ré. A despeito de ser um dos dubladores da obra cinematográfica discutida na lide, o autor afirma nunca ter autorizado a utilização de sua obra e voz em qualquer tipo de mídia. Pertencendo o autor à equipe de dubladores, não parece crível que imaginasse que a sua voz não seria empregada comercialmente na obra cinematográfica objeto da lide. A anuência é presumida, inerente à própria atividade. Ao participar dos trabalhos de dublagem, o autor concordou com a exposição de sua voz e obra ao público. Precedentes desta Câmara. Recurso improvido. (TJSP;

Apelação 1045320-94.2016.8.26.0002; Relator (a): James Siano; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 27/06/2018; Data de Registro: 29/06/2018).

COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS Ação julgada improcedente Insurgência do autor que não merece prosperar

Superior Tribunal de Justiça

Alegado cerceamento do direito à prova não configurado Demandante que se descurou de produzir oportunamente as provas necessárias à comprovação do direito alegado Inadmissibilidade, ademais, de alteração da causa de pedir fática nas razões recursais Conduta que caracteriza até mesmo venire contra factum proprio Violação ao princípio da boa-fé objetiva Demandante que atuou por quase duas décadas como dublador, e resolveu ajuizar mais de uma centena de ações idênticas à presente, ao argumento de que nunca forneceu autorização escrita para uso de seus direitos autorais Reprodução de filmes dublados que, à vista das circunstâncias do caso concreto e da própria natureza da operação econômica entabulada entre as partes, já se encontra inserida na autorização original de exibição, mediante utilização dos mesmos meios de comunicação Sentença mantida Recurso não provido. (TJSP;

Apelação 1062316-70.2016.8.26.0002; Relator (a): Francisco Loureiro;

Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 14ª Vara Cível; Data do Julgamento: 30/01/2018; Data de Registro: 30/01/2018).

Portanto, a improcedência dos pedidos é de rigor.(e-STJ fls. 256/259)

Desse modo, para se concluir de forma diversa do aresto impugnado, seria necessário o revolvimento de fatos e provas constantes nos autos, providência obstada pelo teor da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios para 18% (dezoito por cento) sobre o valor da causa, observada a suspensão da sua exigibilidade em virtude da eventual concessão da assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator